

júlio de melo fogaça

o líder de origem burguesa que desafiou
álvaro cunhal e foi apagado da história do PCP

adelino cunha

«Se, depois de eu morrer, quiserem escrever a minha biografia, não há nada mais simples. Tem só duas datas — a da minha nascença e a da minha morte. Entre uma e outra cousa todos os dias são meus.»

Alberto Caeiro

Para a Leonor e para a Fatinha.
Para a minha família, com amor.

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| Uma Biografia Inconveniente | 15 |
| A Pista da Traição | 20 |
| I Parte: A Conversão do Jovem Fidalgo Rural | 29 |
| Os Senhores do Cadaval | 31 |
| Filho Adoptivo do Proletariado | 46 |
| A Ínclita Geração | 54 |
| A Conversão ao Comunismo | 58 |
| Atitude Extrema de Luta | 62 |
| A Disputa dos Discípulos | 66 |
| Um Grande Castelo de Areia | 69 |
| Éramos Presos, Mas Éramos Comunistas | 74 |
| Mãe Luta pela Libertação | 82 |
| II Parte: As Cartas do Túmulo | 87 |
| A Vida no Campo da Morte | 89 |
| A Couraça Que Forjámos | 94 |
| Os Homens-Farrapo | 97 |
| Havia Muitos Mortos-Vivos | 100 |
| A Pálida Chama da Vida | 102 |
| Melhores Dias Hão-de Vir | 105 |
| O Mestre Morreu | 108 |
| Todas as Nossas Esperanças | 111 |
| Eles Não Confessaram | 114 |
| Os Terríveis Anos por Nós Vividos | 117 |
| O Exílio como Alternativa de Liberdade | 121 |

| | |
|---|------------|
| III Parte: A Ascensão do Filho do Proletariado | 127 |
| A Primeira Liderança | 129 |
| A Construção do <i>Novo PCP</i> | 134 |
| A Distância Que Antecipa o Conflito | 139 |
| O Poder dos Tarrafalistas | 144 |
| A Política de Transição Pacífica | 149 |
| A Ideia da <i>Quase Liberdade</i> | 154 |
| A Escalada para o Confronto <i>Ramiro e Duarte</i> | 158 |
| Uma Aparente Aproximação | 162 |
| O Duelo <i>Ramiro e Duarte</i> | 165 |
| Recuar para Depois Avançar | 169 |
| | |
| IV Parte: A Redenção | 173 |
| O Inimigo Está Entre Nós | 175 |
| Um Passo em Falso | 180 |
| Arrancar o Mal pela Raiz | 183 |
| Um Charco de Oportunismo | 185 |
| Uma Dúvida Razoável | 189 |
| Onde Quero Lutar Até Morrer | 191 |
| Como os Chacais Que Rondam as Trevas | 194 |
| O Teórico da Coexistência Pacífica | 196 |
| A Política da Vassourada | 200 |
| Esta Viragem Já Está a Dar os Seus Frutos | 204 |
| Uma Solução Democrática e Pacífica | 208 |
| A Sedução dos Dirigentes do PCP | 212 |
| O Que Muda Quando Moscovo Muda | 217 |
| A Saída Pacífica Já Não É Excepção | 223 |
| O Delicado Exercício Eleitoral | 227 |
| Adeus a Tudo Isso | 233 |
| Eles Acabam por Cair? | 237 |
| A Explosão Revolucionária Que Se Perdeu | 242 |
| O Apagamento de Júlio Fogaça | 247 |
| | |
| V Parte: A Queda do Encoberto | 251 |
| Chegaram os Dias dos Castigos | 253 |
| Coisas do Reino dos Infernos | 259 |

| | |
|--|-----|
| A Moralidade dos Informadores | 264 |
| O Castigo da Expulsão | 267 |
| Politicamente Arrumado | 271 |
| O Que Sabia o PCP? | 274 |
| O Castigo do Esquecimento | 278 |
| O Purgatório do Secretariado | 285 |
| A Derradeira Batalha da Mãe | 288 |
| O Regresso a Casa | 294 |
| Os Filhos Fardados do Nosso Povo | 298 |
| | |
| Agradecimentos | 307 |
| Fontes Manuscritas | 309 |
| Fontes Orais | 310 |
| Fontes Impressas | 311 |
| Bibliografia | 313 |
| Publicações Periódicas | 317 |

UMA BIOGRAFIA INCONVENIENTE

Júlio de Melo Fogaça foi um dos mais importantes revolucionários comunistas do século xx, mas entretanto esquecido neste presente contínuo em que nos habituámos a viver. Sem nunca esconder as suas raízes de abastado fidalgo rural, cedo se converteu à *revolução*, tendo conseguido destacar-se entre os jovens formados e politicamente organizados no PCP por Bento Gonçalves nos alvoreçados anos 30.

Júlio Fogaça haveria de ser preso três vezes ao longo das décadas seguintes.

Cumpriu pena em Caxias, foi banido para o Forte de São João Baptista e depois desterrado por duas vezes para a Colónia Penal do Tarrafal. Terminou o último período de prisão no Forte de Peniche com um total de 19 anos de cárcere cravados na carne.

Foi dessa ínclita geração de jovens comunistas da década de 30 que emergiram quase em simultâneo Júlio Fogaça e Álvaro Cunhal. Tornaram-se discípulos de Bento Gonçalves, partilharam o poder e passaram a disputá-lo após a morte prematura do mestre.

Tornaram-se com naturalidade *rivals informais*.

Júlio Fogaça liderou a profunda Reorganização implementada em 1940-41 para resgatar o PCP de um ciclo voraz de erosão interna, assumiu-se como um dos principais intelectuais da década seguinte e acabou por chegar à liderança. Aproveitou a prisão de Álvaro Cunhal para impor uma estratégia de tomada do poder baseada numa dinâmica de transição democrática.

Álvaro Cunhal combateu fortemente essa «saída doce», na medida em que implicava abandonar a violência revolucionária. Reintroduziu o caminho musculado para o derrubamento do Estado Novo assim que fugiu da

prisão e reposicionou o PCP na linha que haveria de desaguar no 25 de Abril: a insurreição popular armada.

A rivalidade calada entre ambos durou décadas, mas quantas páginas foram publicadas na geografia do PCP sobre um dos seus mais importantes dirigentes e intelectuais da primeira metade do século xx?

Quantas linhas foram escritas sobre as suas ideias políticas pelos investigadores da fisionomia do comunismo em Portugal?

Quantas descrições dos seus prolongados anos de prisão e de desterro existem nas narrativas da repressão?

Elaborar uma biografia nestas circunstâncias exige desconstruir políticas implícitas de esquecimento, mas também superar os obstáculos que resultam da própria reconstrução de Júlio Fogaça enquanto sujeito histórico complexo, da mobilização de fontes escassas e dispersas, e ainda da domesticação dos recortes cronológicos.

Não existem linhas temporais metrificadas e totalizantes, isto é, mundos harmoniosos onde as peças se encaixam numa matriz narrativa que fornece todas as explicações. Aliás, como se pode medir o *tempo na biografia*, se o ritmo dos acontecimentos passados em nada se compara com o fluir do tempo na contemporaneidade?¹

Se esses *ciclos naturais* do tempo não existem, qualquer exercício biográfico enquanto *caminho de vida*, isto é, um conjunto de factos orientados que constituem um todo, fracassará invariavelmente. A biografia não é uma *história de vida*, nem um caminho linear que se volta a percorrer de forma coerente e orientada. Não é uma demonstração geométrica de um saber revelado.

Esta armadilha do tempo transitório tem estimulado a imaginação de alguns autores e levado a que estes se aventurem pelas «projeções presentistas» da *história narrativa* do pós-modernismo, ou seja, a assumirem uma espécie de ficção de autor sem quaisquer fronteiras.² São narrativas

¹ François Hartog, *Régimes d'historicité – Présentism et expériences du temps* (Paris: Éditions du Seuil, 2012).

² As correntes historiográficas pós-modernistas são marcadas pelo relativismo e subjectivismo radicais. Representam uma negação da própria realidade passada em prol de uma construção literária, livre e ficcionada do historiador; cfr. Gerturde Himmelfarb, “Postmodernist History”, 131-161, em *On Looking into the Abyss — Untimely thoughts on culture and society* (Nova Iorque: Vintage Books, 1994); 139; Markus Gabriel, *Why the World Does not Exist* (Cambridge: Polity Press, 2017), 1-17. O conceito *história de autor* parece adequar-se a estes historiadores desconstrucionistas, na medida em que utilizam o discurso literário muito além da forma, isto é, procuram uma história também ficcionada no conteúdo, cfr. Alun Munslow, *The Future of History* (Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010).

que escapam aos critérios da História. Importam mais pela «compreensão» da sua força dinâmica do que pela verificação da veracidade dos factos.³

O foco biográfico de Júlio Fogaça oscila por isso entre as dimensões individuais e a sua inserção no destino comum que resulta dos movimentos colectivos onde actuou, mesmo que perifericamente.⁴ Desdobra-se em ângulos parciais ou abertos, actua como protagonista principal, dilui-se muitas vezes na tensão da memória, para reemergir como «portador do sentido e do destino do mundo» e permitir assim encontrar uma «constante histórica»⁵.

Se for uma ilusão dar no presente um significado coerente ao passado inacabado e ostensivamente esquecido⁶, o que dizer da mais ingrata de todas ilusões: a ilusão que resulta da crença de que a nossa perspectiva da realidade, individual ou colectiva, corresponde à única realidade?⁷

Não teve o *Quadrado* de aprender com a *Esfera* que acreditarmos na realidade conhecida implica aceitar uma considerável relatividade da *verdade*?⁸

Talvez seja preciso começar por assumir a honestidade de não facilitar as dificuldades.⁹

Tal como as traduções literárias¹⁰, as biografias não se baseiam em estruturas universais susceptíveis de uma demonstração final. São conceptualizações da realidade que podem ser vistas como uma certa «hospitalidade biográfica», que resulta do *diálogo* construído entre o biografado que desapareceu e o leitor situado no presente.¹¹

³ Pedro Calafate, *Portugal, Um Perfil Histórico* (Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016), 13.

⁴ Carlos Maurício, «Da “ilusão biográfica” às novas biografias», em José Neves (org.), *Quem Faz a História – Ensaios sobre o Portugal contemporâneo* (Lisboa: Tinta-da-china, 2016), 23-32.

⁵ José Neves, «Os sujeitos da História», em José Neves (org.), *Quem Faz a História – Ensaios sobre o Portugal contemporâneo* (Lisboa: Tinta-da-China, 2016), 9-16.

⁶ Pierre Bourdieu, «A ilusão biográfica», em Marieta Ferreira e Janina Amado (ed.), *Usos e Abusos da História Oral* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996), 183-191.

⁷ Paul Watzlawick, *A Realidade é Real?* (Lisboa: Relógio d'Água, s.d.).

⁸ Edwin A. Abbott, *Flatland* (Porto: Porto Editora, 2016).

⁹ São utilizados ao longo destas páginas, porventura abusivamente, inspiradores recursos estilísticos de Herberto Helder e Valter Hugo Mãe.

¹⁰ As línguas são diferentes perspectivas das coisas, e não apenas diferentes formas de designação dessas coisas.

¹¹ Paul Ricoeur usa o conceito «hospitalidade biográfica» enquanto esforço para conduzir o leitor ao autor e conduzir o autor ao leitor; cfr. *Sobre a Tradução* (Lisboa: Livros Cotovia, 2005).

Essas «verdades relativas, contingenciais e revisitáveis» indiciam um movimento perpetuamente inacabado, mas trata-se de um relativismo «firmemente enraizado na realidade» e em processos que permitem recuperar a factualidade do passado, admitindo o erro e preservando a verdade.¹²

O valor das biografias decorre da consistência e da boa vigilância da investigação, baseada em metodologias rigorosas de citação e referências bibliográficas e susceptível de escrutínio das fontes para verificação da «objectividade interpretativa» do historiador.¹³

E de que fontes estamos a falar nesta biografia de Júlio Fogaça?

Por um lado, das memórias escritas de protagonistas e das fontes primárias dispersas nos vários fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nomeadamente nos processos da PIDE e nos antigos Tribunal da Boa-Hora e Tribunal de Execução de Penas de Lisboa.

São também de especial valor histórico os documentos pessoais de Júlio Fogaça depositados na Academia de Ciências de Lisboa, por exemplo, os testamentos e os volumes da correspondência pessoal com familiares íntimos em várias fases da sua vida.

Neste âmbito, importa destacar um espólio inédito encontrado na Quinta do Porto Nogueira, no Cadaval, contendo importante troca de correspondência com os pais e a irmã, bem como um importante legado fotográfico, igualmente original, e com registos biográficos da vida quotidiana da família Fogaça.

Por outro lado, estamos também a falar das fontes orais.¹⁴

Sem perder de vista as naturais limitações, são os testemunhos exclusivos de Domingos Abrantes, Edmundo Pedro e Carlos Brito, entre outros, que contribuem como memórias narradas para o carácter desta biografia e permitem, em muitos momentos de forma decisiva, interpretar coerentemente o passado, atribuir significados e produzir

¹² Sem que exista qualquer relação com a chamada História pós-modernista, que assenta na própria negação da verdade em nome de uma subjectividade fundamentalista, e que permite ao investigador criar um passado imaginativo e inescrutável.

¹³ José Miguel Sardica, *Verdade e Erro em História* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015).

¹⁴ As especificidades das fontes orais resultam essencialmente de três características: o seu carácter provocado, ou assistido, pelo investigador; o facto de serem contemporâneas do investigador, e não dos acontecimentos; e a existência de um conhecimento *a posteriori* por parte do investigador e do entrevistado, o que exige uma rigorosa preparação das entrevistas e posterior crítica das fontes geradas, cfr. Luísa Tiago de Oliveira, «A História oral em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 63 (2010): 139-156; Janaína Amado e Marieta Ferreira (org.), *Usos e Abusos da História Oral* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996).

conhecimento histórico, tendo o rigor e a verdade como princípios orientadores.¹⁵

Em Outubro de 1917, os comunistas russos derrubaram o poder czarista e instalaram o primeiro Estado socialista do mundo. A restante História do século xx ficou profundamente marcada pela ascensão e queda da União Soviética, cujas consequências continuam a manifestar-se ciclicamente até aos nossos dias.

Júlio Fogaça aderiu ao comunismo inspirado por esse sucesso real de 1917 e viveu os seus dias como um revolucionário em luta pela instauração de um idêntico regime em Portugal.

Tinha uma perspectiva global de transformação da sociedade portuguesa. É disso que trata o comunismo: menos que explicar o mundo, pretende-se acima de tudo transformá-lo profundamente.

Escreveu sobre isso. Lutou por isso. Liderou com essas ideias.

Terá este revolucionário sido também esquecido *por tudo isso*?

Por ter posicionado o PCP no caminho da transição democrática em contraponto à insurreição popular armada?

Por ter adoptado opções sexuais que objectivamente causaram embaraço entre os comunistas, mesmo que a pretexto da quebra da disciplina revolucionária?

Esta é a biografia de um revolucionário comunista *apagado* da História por se ter tornado «inconveniente».

Porque foi Júlio Fogaça condenado ao esquecimento?

Qual a força das circunstâncias de desumanização em que se viu mergulhado?

Fazer História é fazer perguntas: mas serão sequer estas as perguntas certas?

Primavera de 2018

¹⁵ Mais do que uma construção pessoal, trata-se de uma construção de carácter histórico e, nesse sentido, «a memória, mesmo que autobiográfica, converte-se numa forma outorgada de conhecimento sobre o mundo», cfr. Elsa Peralta, *A Memória do Mar: Património, tradição e (re)imaginação identitária na contemporaneidade* (Lisboa: ISCSP, 2008).

A PISTA DA TRAIÇÃO

Fernando Ramos, 53 anos, marcava frequentemente os encontros através de bilhetes que deixava a repousar no quarto que Américo Gonçalves alugava há meia dúzia de meses para os lados da Damaia, na Praceta da Índia. Era já um hábito que a proprietária da casa permitia nas ausências do seu inquilino, um jovem operário de 25 anos, natural de Torres Vedras, acabado de cumprir o serviço militar em Cascais.

Cecília Augusta, 42 anos, recorda-se de que nessa sexta-feira, depois de regressar da fábrica Cireira & Silva, em Benfica, Américo Gonçalves confidenciou que partiria no dia seguinte para a Nazaré com o amigo e a sua esposa. A senhoria, que dava a si própria o gosto de desvendar os bilhetes antes de o inquilino chegar a casa, descreve esse amigo como um homem «alto, bem constituído, já idoso, que usava bigode, vestia e falava muito bem». Nunca o chegou a ver a dita mulher, e por isso já começava a «desconfiar» da relação entre «um indivíduo bastante culto» e um «rapaz com muito pouca cultura»¹⁶.

Os dois homens encontraram-se, conforme previsto, às 8h15 na garagem da empresa de camionagem Capristanos, junto à Avenida Almirante Reis. Algures por ali, o povo ia chegando às obras do Metropolitano para espreitar as ruínas e os cadáveres do antigo Hospital de Todos-os-Santos que emergiam das escavações na Praça da Figueira.

Chegaram à vila da Nazaré perto das 13 horas.

Deixaram os pertences no quarto que alugaram perto do elevador por 33 escudos e foram almoçar numa outra pensão. No domingo, compraram

¹⁶ «Auto de perguntas a Cecília Augusta», 13 de Setembro de 1960, ANTT, PIDE-DGS, Serviços Centrais, Processo 844/60, UI 5344, fls. 68-70.

algumas recordações, duas pequenas jarras e uma caravela¹⁷, mas quando caminhavam na direcção da garagem da empresa *Ribatejana* para regressarem a Lisboa, por volta das 16 horas, foram intempestivamente surpreendidos pela PIDE em plena calçada.

Sílvio da Costa Mortágua, Manuel Lavado, Fernando Gaspar, Augusto Furtado Marques e José Ferreira Henrique Júnior prenderam Júlio de Melo Fogaça no dia 28 de Agosto de 1960. Estes agentes da PIDE prenderam assim um dos mais importantes (e ignorados) dirigentes comunistas portugueses do século xx.

Como se explica o sucesso desta improvável emboscada policial, ao fim de 14 anos de perseguições falhadas, ainda que descontínuas?¹⁸

Uma operação de considerável envergadura no meio de uma vila que o *Diário de Lisboa* descrevia nesse mesmo dia como um destino de eleição dos turistas franceses, mas onde as estradas de acesso estavam profundamente degradadas e as automotoras da linha do Oeste nem sequer lá chegavam.¹⁹

A manobra da PIDE contou com acções simultâneas em Lisboa e cumpriu na plenitude o seu objectivo, ou seja, neutralizou, não apenas política mas também socialmente, um dos mais relevantes dirigentes do PCP em funções na década de 50.

Os agentes da PIDE em momento algum hesitaram na identificação do alvo.

Sílvio Mortágua reconheceu facilmente Júlio Fogaça na Nazaré, «por saber que andava fugido à acção desta Polícia, por ser membro do comité central do chamado Partido Comunista Português e fazer parte da sua Comissão Política e do seu Secretariado»²⁰. Levou-o para a esquadra da PSP local com a ajuda dos outros elementos da PIDE.

O dirigente comunista ainda tentou desviar as atenções através da apresentação do bilhete de identidade falsificado que há tantos anos usava

¹⁷ Foram compradas por Júlio Fogaça como presentes. Nas suas declarações à PIDE, Américo Gonçalves referiu ter recebido também uma gravata, meias, uma camisa de seda, uma carteira de cabedal e botões de punho.

¹⁸ A instrução do processo-crime revela que a PIDE conhecia não apenas os cargos e as funções exercidas por Júlio Fogaça ao longo dos anos, como pseudónimos e os textos de doutrina política que elaborou na clandestinidade. A reconstituição do seu percurso desde a adesão ao PCP reforçou a convicção da polícia de que se tratava de «um dos dirigentes mais destacados do partido», Processo de Querela n.º 28/61, 2.º Juízo Criminal de Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, Júlio Fogaça, caixa 1.

¹⁹ No dia da prisão, o *Diário de Lisboa* publica precisamente um longo artigo sobre «a praia mais filmada de Portugal que os turistas franceses invadiram».

²⁰ ANTT, PIDE-DGS, Serviços Centrais, Processo 844/60, UI 5344, fls. 1 e 2.

na clandestinidade, mas desta vez nem sequer conseguiu suscitar laivos de hesitação: «Como eu conhecesse perfeitamente e soubesse que se tratava de facto de Júlio de Melo Fogaça, não tive qualquer dúvida sobre a identidade falsa que apresentou e manteve a sua detenção», garante Sílvio Mortágua.

Já Américo Gonçalves, com quem Júlio Fogaça mantinha uma longa relação, e isto deve ser dito assim, confessou que mesmo nesta ocasião de forte aparato continuava convencido de que o companheiro se chamava *Fernando Ramos*.

Júlio Fogaça foi condenado em 27 de Maio 1961 pelo Tribunal Criminal de Lisboa a oito anos e meio de prisão maior e fixa, na suspensão dos direitos políticos por 15 anos, e sujeito a medidas de segurança renováveis até três anos.

Houve uma segunda penalização oculta.

Um julgamento consagrado no dia 6 de Abril de 1962 pelo Tribunal de Execução de Penas de Lisboa e dissimulado no processo político para ser eventualmente utilizado contra o PCP e contra a *moral superior* dos comunistas.²¹

Júlio Fogaça foi aqui condenado como «pederasta passivo e habitual na prática de vícios contra a natureza», tendo ficado sujeito durante cinco anos «à regeneradora medida de segurança da liberdade vigiada, com início na data da sua soltura»²².

A dupla condenação resultou em cúmulo jurídico na pena unitária de nove anos de prisão maior, mais a suspensão de direitos políticos por 15 anos e ainda medidas prorrogáveis de segurança de internamento de seis meses a três anos.

Júlio Fogaça só haveria de regressar à liberdade em Julho de 1970.

A sua longa prisão de uma década criou condições objectivas e subjectivas para domesticar o seu nebuloso processo de afastamento individual e favorecer o esquecimento colectivo. A sua vida política ficou encerrada naquele domingo do Verão de 1960, apesar da tímida reaproximação ao PCP do pós-25 de Abril.

Mas ficou mesmo?

Quem eram os contactos políticos estabelecidos por Júlio Fogaça na zona da Nazaré?²³

²¹ Tribunal de Execução de Penas de Lisboa, Processo 81/62, 3.ª secção.

²² ANTT, PIDE-DGS, Registo Geral de Presos, Processo 2076, fl. 170.

²³ Júlio Fogaça tinha anotado na sua agenda, em cifra, vários encontros políticos para os dias 29 e 30 de Agosto.

Quem informou a PIDE sobre a sua presença e movimentos na região?²⁴

E por que razão os comunistas que fugiram do Forte de Caxias em Dezembro de 1961 deixaram Júlio Fogaça para trás depois disto tudo?²⁵

Terá sido por vontade do próprio?

Ou o abandono decorre da desconsideração pessoal e política?

A presença de uma brigada de cinco elementos da PIDE na Nazaré indicia a natureza premeditada de uma estratégia de elevada envergadura e que se desenvolveu em simultâneo em várias frentes.²⁶

Prenderam Júlio Fogaça e apanharam documentos falsificados, dinheiro, um pequeno bloco de papel com apontamentos dactilografados e manuscritos com matrículas de automóveis da PIDE, papéis com anotações e uma agenda de bolso com «vários apontamentos referentes a “tarefas” e a “encontros conspirativos” com diversos “membros” da associação secreta e subversiva que denominam “partido comunista português”».

Dentro da sua pasta, encontraram as duas jarras e a caravela dourada, guias com horários de comboios e de camionetas, e um mapa de estradas. Entre os restantes haveres apreendidos, os agentes ficaram com um relógio *Tissot*, a carteira, os óculos escuros, as lâminas de barbear *Gillette* e um «porta-moedas de senhora contendo uma caixa, em plástico, com vaselina»²⁷.

Já Américo Gonçalves levava consigo apenas dois bilhetes de cinema com a data da véspera, um panfleto clandestino, que afirmou ter sido dado por Júlio Fogaça nessa mesma tarde, e uma pequena agenda de bolso com indicações das datas, horas e locais dos encontros entre ambos. Anotara ainda nomes de restaurantes que frequentavam, as quantias que gastava nos transportes e o dinheiro que Fogaça lhe dava.

Ao mesmo tempo que decorria a operação na Nazaré, os agentes Ernesto Augusto Pimentel, Fernando Gaspar e Joaquim João Cabrita Ildefonso efectuavam em Lisboa buscas ao quarto onde vivia Américo Gonçalves, tendo encontrado mais alguns panfletos, várias cartas pessoais do dirigente do PCP e as revistas *Adonis*, *Naturisme* e *Physique Artistry*.²⁸

²⁴ A consulta do processo instruído pela PIDE encontra-se parcialmente limitada.

²⁵ José Magro, Francisco Miguel, Domingos Abrantes, António Gervásio, Guilherme de Carvalho, Ilídio Esteves, Rolando Verdial (todos funcionários do Partido) e António Tereso, cfr. *O Militante*, n.º 280, Janeiro/Fevereiro, 2006.

²⁶ Por exemplo, José Dias Coelho foi assassinado em Dezembro de 1961 por uma brigada da PIDE composta por cinco elementos.

²⁷ «Auto de Busca e Apreensão», ANTT, PIDE-DGS, Serviços Centrais, Processo 844/60, UI 5344, fls. 3 e 4.

²⁸ Estes exemplares terão sido enviados por Júlio Fogaça de Paris, quando se deslocou ao exterior para participar numa reunião de partidos comunistas, que se realizou em Roma, em finais de 1954.

Terá a relação amorosa entre um alto dirigente comunista e um jovem operário pouco letrado contribuído para o sucesso da PIDE?²⁹

Ou terá Júlio Fogaça sido «identificado por alguém que o reconheceu na camioneta e por isso a PIDE foi logo buscá-lo à Nazaré», conforme pondera Domingos Abrantes?³⁰

Júlio Fogaça encontrava-se regularmente com Américo Gonçalves há mais de três anos. Utilizava um nome falso, mantinha segredo sobre a morada onde residia e todos os contactos eram estabelecidos através de postas-restaurantes³¹ ou por bilhetes deixados directamente no quarto do companheiro. Ao fim desses três anos, decidiu revelar os contornos genéricos da situação política em que estava mergulhado desde a juventude. Uma confissão que aconteceu pouco antes da operação policial que haveria de conduzir à sua prisão.

Poderá a relação amorosa ter fertilizado a traição ao fim de três anos?

Em Julho de 1960, decidiram passar um domingo na praia do Magoito. Passearam pela praia, almoçaram, e depois Américo Gonçalves pediu ao companheiro que lhe contasse o «segredo» que há muito prometia revelar. Júlio Fogaça começou por recusar. Até se terá exaltado com a insistência e parece que ficou incomodado com a situação durante o resto da tarde.³²

Regressaram a Lisboa de camioneta já depois das 22 horas e separaram-se junto às Portas de Benfica.

Américo Gonçalves só voltou a ter notícias em finais do mês seguinte. Cecília Augusta recorda-se de que Júlio Fogaça apareceu em sua casa à procura do inquilino, tendo escrito um bilhete «marcando-lhe um encontro para as 21 horas de um dos dias seguintes». Claro: «Como de costume», deixou o recado no seu quarto. Porém, adverte a locatária nas suas declarações à PIDE, nesse dia «voltou para trás e pediu que dissesse ao Américo para lhe telefonar»³³.

²⁹ Maria Filomena Rocha Lopes afirma taxativamente que Júlio Fogaça «foi traído pelos afectos, pela sua opção sexual ou por outras palavras por questões morais de origem duvidosa», em *Júlio de Melo Fogaça na Organização Comunista* (s.l.: e.a., 2015), 192. Também Irene Pimentel considera que Júlio Fogaça foi expulso do PCP «devido ao facto de ele ser homossexual», em *Biografia de Um inspector da PIDE* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2008), 355.

³⁰ Domingos Abrantes, entrevista, 2016, Lisboa.

³¹ Principalmente a posta-restante de Algés. Em Maio de 1960, utilizou a posta-restante de Colares e, em Julho desse mesmo ano, a posta-restante de Vieira de Leiria. Justificou em ambos os casos que os médicos o tinham aconselhado a passar férias no campo. O que significa que, apesar das deslocações para outras regiões do país devido às suas funções no PCP, Júlio Fogaça quis manter contactos regulares com Américo Gonçalves.

³² As declarações de Américo Gonçalves pormenorizam essa «zanga».

³³ «Auto de Perguntas a Cecília Augusta», 13 de Setembro de 1960, ANTT, PIDE-DGS, Serviços Centrais, Processo 844/60, UI 5344, fls. 68-70.

Quando se reencontraram, no dia 23 de Agosto, junto à praça de Benfica, Júlio Fogaça revelou então que vivia escondido das autoridades por ser dirigente de um partido político e ilustrou a perigosidade da sua situação citando que já tinha sido preso por duas vezes pela PIDE. Um risco que aumentara consideravelmente com as eleições de 1958 e que levava à colocação de informadores na sua terra natal.³⁴

Não revelou nesse momento o seu nome verdadeiro nem citou o partido em concreto, mas entregou um envelope com panfletos do PCP, recomendando a sua leitura e reflexão sobre os conteúdos. Trata-se do material de propaganda que a PIDE haveria de encontrar mais tarde no quarto de Américo Gonçalves, mas sem relevância demonstrável na localização de Júlio Fogaça.

É neste encontro aqui em Benfica que Júlio Fogaça marca a hora e o local da partida para o fatídico fim-de-semana na Nazaré.³⁵

Terá então a revelação da sua situação clandestina fragilizado conspirativamente Júlio Fogaça?

O afrouxamento das regras conspirativas na relação com Américo Gonçalves não permite antecipar um incumprimento fatal que tenha levado directamente a PIDE para o seu encaicho.³⁶

Por um lado, Júlio Fogaça continuava a andar armado, eliminava regularmente as notas cifradas da agenda após a realização dos encontros partidários e tinha um cuidado especial com a sua segurança pessoal. A PIDE apreendeu-lhe um surpreendente bloco de bolso com dezenas de matrículas de carros utilizados pela polícia política, bem organizado por ordem alfabética para permitir uma rápida e eficaz consulta.

Registava nessa pequena *bíblia* todas as viaturas suspeitas, marcas e modelos, identificava traços particulares, as regiões onde costumavam circular, e ao longo do tempo foi acrescentando os nomes dos habituais condutores e outros detalhes que lhe permitiam identificar com alguma segurança eventuais perseguições. Essa lista inclui o nome do próprio director da PIDE e de um *provocador*³⁷.

Há muito tempo que Júlio Fogaça usava uma pluralidade de máscaras

³⁴ ANTT, PIDE-DGS, Delegação de Coimbra, Processo independente n.º 17222, UI 4656, 16 de Outubro de 1958.

³⁵ «Auto de Perguntas de Américo Gonçalves», ANTT, Ministério da Justiça, Tribunal da Boa-Hora, 2.º Juízo Criminal, Processo 36/1961, cx. 656, fls. 43-47.

³⁶ Na sua agenda, o encontro da Nazaré ficou registado a lápis com uma nota breve: «Am. 8,15».

³⁷ «Autos de Querela», ANTT, Ministério da Justiça, Tribunal da Boa-Hora, 2.º Juízo Criminal, Processo 36/1961, cx. 656.

e já desde 1952 sabia que estava debaixo de vigilância apertada: «É a repressão fascista, que a todo o momento me ameaça, que me força a tomar medidas rigorosas, no sentido de evitar uma pista que me possa atingir.»³⁸

O que revela um significativo cuidado conspirativo de um dirigente que se encontrava há 14 anos na clandestinidade e com dura experiência de prisão, deportação e tortura.

Por outro lado, as declarações de Américo Gonçalves parecem indiciar uma sistemática desvalorização da actividade política de Júlio Fogaça: não era a política que os unia.

Por exemplo, só teve conhecimento do verdadeiro nome do dirigente comunista após a detenção de ambos³⁹, na medida em que, mesmo no momento da operação policial na Nazaré, acreditou que o companheiro se chamava *Fernando* quando o viu apresentar essa identificação à PIDE.⁴⁰

Os próprios panfletos partidários foram ignorados, conforme concluiu a PIDE: «[Américo Gonçalves] não parece ter ligado grande importância a esta tentativa de aliciação e pode até depreender-se que nem chegou a aperceber-se de tal.»⁴¹

Américo Gonçalves foi colocado em liberdade no dia 7 de Outubro com termo de identidade e residência.

Dificilmente as revelações políticas de Júlio Fogaça nas vésperas do fim-de-semana na Nazaré podem ser orientadas para uma potencial denúncia à PIDE ou indirectamente para uma fuga de informação, por exemplo, através de uma inconfidência de Américo Gonçalves à senhoria.

Os factos e as percepções que resultam da sua despolitização e a longevidade da relação entre ambos não apontam nesse sentido.⁴²

Poderá a *pista da traição* estar codificada na agenda secreta de Júlio Fogaça?

Este documento revela que a sua presença na Nazaré era do conhecimento de várias pessoas com quem teve encontros políticos na véspera da partida, e com quem iria reunir-se novamente ao longo dos dias seguintes.

³⁸ «Carta de Júlio Fogaça para a mãe», 31 de Março de 1952, Arquivo Particular.

³⁹ «Auto de Perguntas de Américo Gonçalves», ANTT, Ministério da Justiça, Tribunal da Boa-Hora, 2.º Juízo Criminal, Processo 36/1961, cx. 656, fls. 43-47.

⁴⁰ «Auto de Perguntas de Américo Gonçalves», ANTT, Ministério da Justiça, Tribunal da Boa-Hora, 2.º Juízo Criminal, Processo 36/1961, cx. 656, fls. 43-47.

⁴¹ ANTT, PIDE-DGS, Serviços Centrais, Processo 844/60, UI 5344, 257-258.

⁴² O presidente da Câmara de Torres Vedras, António Teixeira Figueiredo, garantiu perante a PIDE, em 23 de Outubro de 1964, que Américo Gonçalves «tem bom comportamento moral e político», ANTT, PIDE-DGS, Serviços Centrais, Processo 427321, NT 8352, Bol.427321, fl. 2.

Na quinta-feira, encontrou-se com alguém que registou em cifra como «Ribº», às 21 horas, no «sítio do careca», e no dia seguinte estabeleceu uma ligação com alguém codificado como «moça»⁴³. Esta entrada tem ainda registadas várias verbas, o que indicia tratar-se de uma recolha de fundos relacionada com a sua função de *caixa central* do PCP, e que viria, aliás, a constar da acusação em tribunal para demonstrar a relevância das suas funções partidárias.

Os dias de sábado e de domingo ficaram livres, mas estavam agendados encontros conspirativos para segunda-feira e terça-feira novamente com a cifra «Ribº». Pelo meio, um registo com a designação «Jaime».

Terão as pessoas citadas na agenda, que a PIDE identifica como «pseudónimos» de «outros membros» do PCP, influenciado directa ou indirectamente a operação policial?

Após o almoço de sábado na Nazaré, Júlio Fogaça separou-se de Américo Gonçalves por algumas horas. Pediu-lhe que esperasse perto do cinema, mas sem dizer onde iria estar durante esse tempo: «Após isso, separaram-se e o *Fernando* desapareceu.»⁴⁴ As declarações de Américo Gonçalves são contraditórias relativamente ao que terá feito depois de se ter separado de Júlio Fogaça, para que este fosse a outro encontro.

Na versão do dia 30 de Agosto, revelou ter conhecido uma mulher com quem esteve na praia e a quem pagou 20 escudos para terem relações sexuais. Comeram depois numa taberna da vila, cuja despesa «pagou do seu bolso», tendo ido ambos de seguida ao cinema. Após a sessão, separaram-se, para Américo Gonçalves esperar por Júlio Fogaça no local combinado. Reencontraram-se já depois da uma da madrugada e foram juntos para a pensão. Na manhã do dia seguinte, quando passeavam pelas ruas da Nazaré, Américo Gonçalves terá confidenciado o que se passara na noite anterior. O relato da reacção de Júlio Fogaça está manipulado pela PIDE para reforçar a projecção que fazia da sua vida pessoal. É uma construção que visa expor a sua vida íntima para artifícios políticos.

Na versão do dia 12 de Setembro⁴⁵, Américo Gonçalves reviu parcialmente estas declarações.

⁴³ Nos registos de Octávio Pato deste período constam também a cifra «moça» com duas entradas: «combinar possível apito de recurso, onde aparece, etc.»; «recapitular n.º telef.», in ANTT, Ministério da Justiça, Tribunal, Tribunal da Boa-Hora, 2.º Juízo Criminal, Processo 92/1962, cx. 703.

⁴⁴ «Auto de Perguntas de Américo Gonçalves», ANTT, Ministério da Justiça, Tribunal da Boa-Hora, 2.º Juízo Criminal, Processo 36/1961, cx. 656, fls. 43-47.

⁴⁵ O facto de a PIDE ter mantido os seus dois testemunhos no processo desacredita a tese de que se tratava de um agente infiltrado ou de um informador.

Quis «rectificar a parte do seu anterior auto onde diz ter ido ao cinema com uma mulher com quem manteve relações sexuais, na Nazaré, no dia 27 do mês findo, por isso não corresponder à verdade». Corrige, e garante que foi Júlio Fogaça quem comprou os bilhetes e que assistiram ao filme juntos. De resto, mantém a versão inicial.⁴⁶

O que permite insistir: com quem e onde terá estado Júlio Fogaça nestas horas de sábado?

Haverá alguma relação com uma casa clandestina do PCP na Nazaré anteriormente utilizada para apoio ao Secretariado?

Nas suas memórias, Joaquim Pires Jorge conta que, após as detenções de Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro e Sofia Ferreira, em 1949, José Gregório teve um enfarte «quando carregava uma mala com materiais na mudança duma casa do Partido, ali na Nazaré»⁴⁷. Também Francisco Miguel refere a existência de uma casa clandestina perto de Alcobaca, «onde até então [Junho de 1947] vivera Álvaro Cunhal», e que foi utilizada para uma reunião do Comité Central.⁴⁸

Estas actividades clandestinas ao mais alto nível na região, e ao longo de diferentes períodos, reforçam que a presença de Júlio Fogaça teria motivações pessoais, mas também políticas. O que significava igualmente que a Nazaré já podia estar referenciada pela polícia e infiltrada por delatores, na medida em que se viviam os tempestuosos tempos pós-delgadistas.

Terá Júlio Fogaça sido preso na sequência de uma emboscada montada pela PIDE, tendo como fonte uma denúncia que visava claramente expor o dirigente comunista nas ligações políticas que efectuou na Nazaré?

Na impossibilidade de apresentar respostas para todas as perguntas, deixam-se aqui as interrogações para aquilo que as fontes não dizem ou não permitem ainda que seja dito.

Também as interrogações fazem parte do progresso do conhecimento histórico, sem que «ninguém seja suspeito de nada»⁴⁹.

⁴⁶ A PIDE apreendeu a Américo Gonçalves os dois bilhetes para o Cine-Casino Paraíso.

⁴⁷ Joaquim Pires Jorge, *Com Uma Imensa Alegria* (Lisboa: Edições Avante!, 1984), 65.

⁴⁸ Francisco Miguel, *Das Prisões à Liberdade* (Lisboa: Edições Avante!, 1986), 59.

⁴⁹ Nikolai Tchernichévski, *O Que Fazer?* (Lisboa: Guerra e Paz Editores, 2017), 20.

I PARTE

A CONVERSÃO DO JOVEM FIDALGO RURAL

«Eu não me poderia sentir feliz vivendo aí em Al.[guber], numa quinta, quando bem perto, no lugar, tantas famílias vivem miseravelmente e estão mergulhadas no analfabetismo e no obscurantismo.»

OS SENHORES DO CADAVAL



O pai, José Maria das Neves Fogaça
(Arquivo Júlio Fogaça/Academia de
Ciências de Lisboa)



A mãe, Maria José de Melo
(Arquivo Nuno Angelino)

José Maria das Neves Fogaça e Maria José de Melo tiveram o segundo filho a 10 de Agosto de 1907. No ano seguinte, as gentes dali perto haveriam de testemunhar um inquietante eclipse de três dias, logo pressagiado como uma funesta réstia milenarista.⁵⁰ Talvez só Deus saiba quantos santos intermediários terão sido convocados pelas gentes do Alguber

⁵⁰ Cfr. Paulo Ferreira da Costa, Helena Sanches Galante, *Cadaval — Contributos para o estudo da memória de um concelho* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995), 344-345.

a darem a sua graça contra o domínio dos medos da cosmologia popular, mas deve ter sido uma parteira quem socorreu o único médico do concelho no nascimento de Júlio Fogaça no quarto dos pais. A tradição mandava que os partos nos hospitais fossem reservados para as mulheres urbanas de baixa condição social, e os Fogaça destacavam-se pelo apelido antigo e pelo poder das terras.⁵¹



Os Fogaça: Júlio Fogaça com a irmã, Beatriz de Melo Fogaça, e os pais, José Maria das Neves Fogaça e Maria José de Melo (Arquivo Nuno Angelino)

Eram gente abastada. É também isto que importa deixar dito na caracterização de Júlio Fogaça.

Há muito que o Cadaval se emancipara como termo de Óbidos.⁵² Tudo isto era agora território de Deus e das fidalguias rurais que haviam brotado com a poderosa Casa de Cadaval e as sucessivas linhagens de duques e duquesas que fizeram mando da região por quase dois séculos. Na viragem para o Liberalismo, o último duque exilou-se em Paris, por ser um fervoroso miguelista, mas os descendentes puderem preservar o seu património como donatários do Cadaval.⁵³

⁵¹ Mapril Fogaça, presidente da Câmara Municipal do Cadaval entre 1943 e 1959, era proprietário de uma das várias quintas do Cadaval, a Quinta da Boavista; cfr. “Vivi uma vida inteira para o próximo”, *Câmara Municipal do Cadaval — Revista Municipal*, n.º 25, Abril de 2009, 36-38.

⁵² O nome deriva da resposta de um camponês ao rei D. Afonso Henriques quando o monarca procurava matar a sede: «Saiba Vossa Majestade que “em cada vale há água”», cfr. Costa, *Cadaval...*, 255.

⁵³ O título de duque do Cadaval foi concedido em 1648 a D. Nuno Álvares Pereira de Melo, tendo sido extinto com todos os direitos senhoriais na sequência da derrota de D. Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo, sexto duque do Cadaval, comandante das tropas miguelistas derrotadas pelo duque da Terceira em 1833. O título extinguiu-se por falta de renovação. Cfr. Costa, *Cadaval...*, 169-170.